

POVOS INDÍGENAS E RELATOS DE VIAGENS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL NO SÉCULO XIX

Maria Ariadina Cidade Almeida¹
almeida.ariadina@gmail.com

Ramon Nere de Lima²

Resumo: Este trabalho apresenta como os indígenas foram apresentados em relatos de viajantes nacionais e seus congêneres estrangeiros, do século XIX na Amazônia Sul-Occidental. Objetivando contextualizar a região amazônica deste período, as similitudes e os contrapontos nas narrativas desses exploradores que foram construídos sobre as populações originárias. Do ponto de vista teórico-metodológico, se trata de uma pesquisa bibliográfica em relatos de viagem: Silva Coutinho (1862), William Chandless (1866) e Pereira Labre (1888). Por fim, os resultados da pesquisa trouxeram uma melhor compreensão do processo exploratório da região na referida época com os diferentes projetos, como os indígenas foram sendo descritos em uma relação de civilização e selvageria, o 'eu' e o 'outro' e o inicial processo de despovoamento dos nativos.

Palavras-chave: Indígenas; Relatos de viajantes; Século XIX; Amazônia Sul-Occidental; História

Abstract: This paper presents how the indigenous were presented in reports of national travelers and their foreign congeners, from the 19th century in the South-Western Amazon. Aiming to contextualize the Amazon region of this period, the similitudes and counterpoints in the narratives of these explorers that were built on the original populations. From the theoretical-methodological point of view, this is a bibliographical research in travel reports: Silva Coutinho (1862), William Chandless (1866) and Pereira Labre (1888). Finally, the results of the research brought a better understanding of the exploratory process of the region at that time with the different projects, as the indigenous were being described in a relationship of civilization and savagery, the 'i' and the 'other' and the initial process of depopulation of the natives.

Keywords: Indigenous peoples; Reports from travelers; 19th century; South-Western Amazon; History

INTRODUÇÃO

Os arquétipos construídos sobre a Amazônia nestes últimos quatro séculos, remontam imagens e idéias exóticas onde as florestas, os rios e os animais se mostram sistemas integrados, harmoniosos e absolutos. As populações locais, na maioria das vezes, também foram vistas como parte da sua natureza

1 - Professora Adjunta da Universidade Federal do Acre do curso de licenciatura e bacharelado em História e coordenadora do projeto de iniciação científica PIBIC-UFAC 2020/2021 intitulado: "Amazônia Indígena e suas etnografias no olhar dos viajantes do século XIX".

2 - Discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre e bolsista PIBIC-UFAC no período de 2020/2021

exótica e indomável. Nas palavras de Pacheco (2016, p. 163) “em suma, o império da natureza, e o acanhamento da civilização, o planeta das águas e o deserto da história”.

Neste complexo de imagens, este texto procura analisar trechos de relatos de alguns viajantes que percorreram a Amazônia na segunda metade do século XIX, destacando como seus relatos empreenderam visões de mundo que, apesar de todas as críticas construídas nos últimos anos, ainda persistem no imaginário coletivo, seja como senso comum, ou como sustentação de projetos políticos modernizadores, quase sempre, idealizados a revelia das populações locais.

Ainda que estes relatos sejam problemáticos, pois foram construídos de fora para dentro, temos nele as únicas e poucas fontes que informam sobre os indígenas dos altos rios, o que de antemão nos permite afirmar que a Amazônia nunca foi um deserto, nem de gente e tampouco de história. Assim daremos destaque às populações indígenas que, independente de quaisquer que fossem os planos e motivações de administradores, colonos, missionários e comerciantes, sempre resistiram, ao seu modo, ao avanço das frentes de expansão. A escolha pela segunda metade do século XIX se justifica pela expansão extrativista para o interior dos grandes rios, que colocou áreas até então pouco frequentadas na ordem do dia.

E se não é possível falarmos do Acre³ no século XIX, é possível ao menos mapear a região, situando os contextos políticos e econômicos que levaram a diferentes visões sobre as populações nativas, ora entendidas como indispensáveis ao desenvolvimento da região, desde que “incorporadas e civilizadas”, e outras vezes como potenciais ameaças ao progresso e ao desenvolvimento que se queria empreender. Entre uma e outra perspectiva se estabelece um conjunto de “verdades” que lidas criticamente à luz dos seus contextos sociais e principalmente epistemológicos, conferem sentidos alternativos que foram perdidos, quando não esquecidos.

RELATOS DE UMA FRONTEIRA AMAZÔNICA NO SÉCULO XIX

Em 1850, após a criação da província do Amazonas, a ocupação da região ao oeste da Amazônia passou a ter um caráter marcadamente exploratório, sobretudo com a crescente procura da goma elástica que despontava no mercado internacional. Inúmeros foram os coletores de drogas do sertão que começaram a frequentar os rios

Purus e Juruá, e já nos idos de 1852⁴, o presidente Tenreiro Aranha procurou meios de incluir a região na dinâmica da província, organizando as primeiras expedições oficiais para reconhecimento destes rios.

A iminência do rush gomífero, como se sabe, precipitou a colonização da região, uma vez que esta ocupação não se dará a partir do empreendimento do estado brasileiro, mas com base, na ocupação e colonização de particulares, que se embrenhavam nos mais recônditos dos rios e matas em busca da árvore que jorrava leite. Este fato influenciou e

³ O estado do Acre foi legalmente incorporado ao Brasil a partir do Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903.

⁴ Tocantins (2001) realiza uma cronologia das expedições oficiais enviadas ao Rio Purus e Juruá no período de 1852 a 1864.

muito a tomada de terras dos países vizinhos, evento que culminou com a guerra do Acre que resultou com a anexação do Acre ao Brasil.

A borracha impactou diretamente as dinâmicas da Amazônia, não apenas, porque novas frentes de expansão foram incorporadas ao estado, como também se criou uma demanda comercial e de serviços nunca vistas. O desenvolvimento naval é um destes setores, e como bem analisou Moraes (2007) a navegação não só influenciou na formação do capitalismo na região, como foi determinante para as transformações que estavam ocorrendo nos seringais, principalmente a partir de 1870.

Além de rotas regulares singrarem os rios da Amazônia levando produtos florestais e pessoas que chegaram à região para trabalharem em diferentes ramos do extrativismo, tem-se a presença cada vez mais constante de viajantes e naturalistas, cujas viagens também fazem parte da corrida capitalista pelo mundo, pelo domínio e controle de novos espaços de exploração, cujos saberes e conhecimentos produzidos pelos principais centros de estudos da Europa passavam a servir a retórica da marcha da civilização rumo ao progresso.

Esta marcha esteve acompanhada de ideias racistas e etnocêntricas, baseadas numa perspectiva de história linear e universal, o que colocava os novos espaços de domínio colonial numa condição de desigualdade. Vale lembrar que as redes comerciais estabelecidas por grandes empresas na Amazônia irão aprofundar relações assimétricas e verticalizadas já existentes. Lido com este pano de fundo, existirá todo um esforço não apenas em abrir estradas de seringas e demarcar seringais, como também uma disciplinarização dos agentes que ocupavam estas fronteiras no século XIX.

De acordo com Gonçalves (2008), os alicerces da civilização Ocidental e do pensamento moderno tinha por finalidade a autenticação de uma história universal, buscando legitimar a história alinhada ao progresso e a uma concepção hegemônica de civilização.

Ao mesmo tempo, definiu quais seriam os sujeitos portadores da noção de civilização (o branco descendente de europeus) e quais ficariam excluídos (negros, índios e mestiços). Daí derivou os problemas da identidade nacional e do racismo que tiveram eco no pensamento brasileiro até no início do século XX. (GONÇALVES, 2008, p. 12)

A palavra civilização estava ligada à concepção de aperfeiçoamento da humanidade rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Se recorrentemente as populações locais, composta sobremaneira de mestiços, não eram bem vistas por viajantes e naturalistas estrangeiros, isto se acentuava quando se tratava das populações indígenas onde na maioria das vezes, além de visões deturpadas, pesou sobre elas signos de atraso, empecilho para o progresso e desenvolvimento. A proeminência destas ideias e da perspectiva de um capitalismo expansionista acompanhou o viajante inglês William Chandless que na metade do século XIX percorreu e cartografou vários rios da Amazônia.

A necessidade de desvendar uma comunicação entre esse rio [Purus], o Madre-Dios e o Ucayali, e conseqüentemente, uma ampliação das expectativas

comerciais na região, a “exploração científica” da região, em seu amplo sentido, configura-se como seu principal objetivo, não somente em relação à ida ao Purus, mas em todas as suas viagens fluviais (ISHII: 2019, p.41).

Seja com o intuito exploratório, mercantil, comercial, ou científico, os viajantes que percorreram os rios da Amazônia Ocidental, a partir da segunda metade do século XIX, traduzem diferentes projetos para a região, que inclui projetos agrícolas como o postulado por Coutinho (1862), projetos integracionistas como destacado por Chandless (1862) e Pereira Labre (1888) e científicos. Para cada projeto existe um conjunto articulado de ideias, que ainda hoje lidamos, como se fossem naturais e atemporais.

SIMILITUDES E CONTRAPONTO: SILVA COUTINHO (1862), WILLIAM CHANDLESS (1866) E PEREIRA LABRE (1888)

Discutindo aquilo que chamou de “vozes do rio”, Ana Pizarro (2012) destaca que a Amazônia é uma construção discursiva e “somente através desta construção é possível chegar à sua imagem” (p.33). Esta imagem, no entanto, não deriva de um corpus unificado, mas de relatos heterogêneos que se constituíram em diferentes tempos e perspectivas, produzidos por cientistas, políticos, missionários, militares, que tinham motivações, interesses e visões de mundo distintas.

Ao cruzar os viajantes Silva Coutinho (1862), William Chandless (1866) e Pereira Labre (1888) percebemos pontos de convergências e divergências. Tanto Coutinho quanto Chandless estiveram no rio Purus em períodos muito próximos, e ambos estavam incumbidos de produzir uma planta sobre o Purus, rio pouco conhecido naquela ocasião. A diferença é que enquanto Chandless tinha uma preocupação cartográfica com os espaços, visando o conhecimento e abertura da bacia Amazônica para o mundo, Coutinho buscava, para além desta abertura, formas de controle do território nacional. Domingues (1996) destaca que o governo brasileiro viu com bons olhos as expedições científicas que rumavam para o interior, e sobre a expedição de Coutinho considerou:

Para o ministro as considerações de Silva Coutinho tinham não só contribuído para habilitar melhor os navegantes, como tinham enriquecido o seu conhecimento, bem como fornecido dados mais seguros sobre as condições topográficas e zoológicas que explicavam as singularidades da região e abriram caminhos para novos estudos e **para apresentação de soluções administrativas**, principalmente sobre a salubridade do clima e moléstias locais. (DOMINGUES, 1996: p.50, grifo nosso)

As soluções administrativas destacadas pela autora incluíam desde o conhecimento das potencialidades econômicas dos rios, como estratégias de povoamento, assim como a exploração da natureza pelas ciências. Domingues (1996) também chama atenção às relações entre ciências naturais e política do governo imperial, uma vez que as expedições científicas contribuíram para consolidar a integração territorial do país sob a égide da ideologia da nação.

A expedição de Coutinho se aproxima deste propósito integracionista, bem como do projeto de nacionalização das populações indígenas. Isso fica evidente quando nos seus relatos o genérico “índio” cedia espaço para nomes de povos e nações como: Mura, Pamari, Catauixi, Caripuna, Cipó, Mamuri, Uai puça, Catuquina, Crupali, Tará, Parú, Ipuriná, Pamaná, Quaruná, Juberi, Jamamadi, Canamari e Maneteneri (COUTINHO, 1862, p. 261).

Identificar a diversidade desses povos era peça importante do projeto de integração, pacificação e amansamento, projeto que se constituía a base da política indigenista do século XIX. Fernanda Sposito (2006), analisando as políticas indigenistas durante o período imperial, conclui que o indígena dentro do Império só poderia ser brasileiro, ou hipoteticamente cidadão, se deixasse justamente de ser indígena, ou seja, sua incorporação, significaria a extinção de sua identidade.

Em função disso Coutinho acrescenta: “de pesar as consequências da perseguição de três séculos, que eles experimentaram, da recompensa falaz que durante esse longo período receberam, do bom agasalho prestado aos civilizados” (COUTINHO, 1862, p. 247). A afirmação de que “o índio é bom e dócil e propenso a civilização» coloca-os como figuras passivas, que estão à espera de serem salvos pelas benesses da civilização nacional. Também advertem pelo violento contato, destacando que os indígenas já foram úteis, prestando “agasalho” aos ditos civilizados.

O utilitarismo empregado para os indígenas é um dos pontos altos da narrativa de Coutinho. Afinal, estamos falando de uma região em que os trabalhadores na sua maioria eram indígenas, ou mestiços de indígenas. A questão da mão de obra era uma discussão bastante notória em relação aos índios desde o mundo colonial, todavia, no contexto do segundo reinado a iminência das ideias liberais previa que os indígenas se tornassem mão de obra nacional, transformando-se em trabalhadores “livres”.

Coutinho (1862), além disso, destaca a questão da tutela, pois, os indígenas eram vistos como crianças que se fossem deixadas as leis da natureza seria uma barbaridade, por não terem a consciência do mal ou do bem, ou seja, lhes faltavam noções de moralidade. Ademais, acrescenta-se que “seria um crime de lesa humanidade lhes deixar entregue aos instintos selvagens” (COUTINHO, 1862, p. 280). Dentro dessa dita inferioridade intelectual, que os colocava na condição de incapazes e tutelados, a passagem da barbárie à civilização precisava de mediadores, que poderiam ser missionários e colonos. A necessidade da tutela e de nacionalizar os indígenas servia, então, como argumento de autoridade para Coutinho.

Portanto, observa-se que aos olhos da razão indolente da modernidade ocidental existe explicitamente a instituição da diferenciação hierárquica ontológica entre aqueles seres humanos tidos como ora selvagens (os indígenas) ora dóceis, tornados por isso naturalmente inferiores, em contraposição aos autointitulados civilizados, como sendo superiores (SOUZA, 2016). Assim, se reproduz tanto simbolicamente, por meio do discurso, como empiricamente na dominação e submissão dos corpos indígenas, a lógica da

racionalidade moderna, que torna os sujeitos inferiorizados e necessitados da tutela estatal para alcançarem a plena civilização e usufruírem dos benefícios sociais da sociedade nacional, enquanto esvaziava-lhes de suas culturas e práticas sociorreligiosas.

As razões que levaram William Chandless (1866) à Amazônia ainda não foram exatamente esclarecidas, mas sabe-se que residiu em Manaus, entre os anos de 1861 e 1868, e que percorreu e estudou diferentes rios da região (ISHII, 2019). Possuía formação em artes e se profissionalizou em direito, no entanto, não chegou a advogar, e sua importância para a história veio em decorrência de ter sido um explorador da América, sobretudo, dos rios desconhecidos da Amazônia.

Sua formação humanística dá conta de que o olhar do viajante voltou-se para questões que vão além da hidrografia como, por exemplo, os modos de viver ou as práticas culturais “locais”. Suas observações a respeito dos habitantes das margens dos rios, seus “costumes” e “aparência” são de ordem etnológica; sua preocupação, ao coletar vocábulos de línguas indígenas dos Paummary, Hypurina, Manetenery, Canawary, corresponde a uma ordem de interesse linguístico. Esses e outros relevantes aspectos fizeram com que seus relatos sobre os rios da “Amazônia”, embora relativamente curtos, tornassem-se importantes fontes de pesquisa para diferentes áreas do conhecimento. (ISHII, 2019, p. 41)

Chandless, tal como Coutinho e Labre, traz aspectos dos modos de viver e práticas culturais das populações locais. Contudo, eles se diferenciam no objetivo principal de suas viagens. Enquanto os referidos congêneres brasileiros objetivavam o aproveitamento dos recursos naturais e utilização de força de trabalho das populações nativas a serviço do Governo Imperial, o viajante inglês objetivava a exploração científica dos rios. Embora, deve-se ressaltar que a construção de sua narrativa se faz dentro de bases epistêmicas e cosmovisão eurocêntrica, onde existem presenças de alguns sujeitos, e silenciamentos de outros.

Os indígenas estavam presentes nessa empreitada como auxiliares na navegação dos rios e seus afluentes, informantes ou ‘empecilhos’, caso da descrição feita sobre um indígena denominado “Miranha” a quem considerava “imprestável”, como também os “Nauás” que por possuírem fama de belicosidade, representavam um problema para quem se aventurasse rio acima. Na sua descrição sobre a dificuldade de atingir o Alto Juruá, Chandless destaca que “embora rico em recursos naturais, não existe coletores de drogas, pelo menos não nos últimos tempos, devido principalmente o medo dos Nauás. Medo esse que logo começou a se manifestar em vários dos meus homens” (ISHII, 2019, p.75).

Na língua pano o termo *nawa*, utilizado para designar o “outro”, costuma ser empregado pelos próprios Pano na construção de suas fronteiras étnicas. Era comum, portanto, utilizar o termo *nawa* à um conjunto de povos, que eram desconhecidos pelos próprios indígenas, inclusive para os que faziam parte da expedição de Chandless. Se eram um ou mais coletivos, o fato é que os habitantes da margem esquerda do Juruá passaram a ser conhecidos como Nauás, e a imagem deste povo foi construída com base em hostilidades

e medos recíprocos, ainda que Chandless se encarregue de atribuir o sentimento de medo “aos seus homens”, e não a si próprio.

Sobre o uso dos etnónimos, Erickson (1992) destaca que, “de modo geral, os Pano recusam a designação pela qual são conhecidos, por um lado devido o seu caráter exógeno (costuma ser imposta por um grupo Pano vizinho) e por outro devido o seu caráter geralmente pejorativo” (242-243). A postura hostil dos Nauás frente a colonização não lhes rendera apenas fama, mas foi utilizada como argumento de justificação de seu massacre, numa lógica comumente empregada na colonização de todo território nacional, uma espécie de legitimidade.

Para ser esquecido o genocídio tem que figurar como uma simples e merecida reação a atos de uma maldade desmedida e inexplicável, que legitimam a hipótese de uma natureza má daquelas populações autóctones, que assim precisam ser vencidas e subjugadas, para depois poderem ser domesticadas e transformadas (OLIVEIRA, 2016, p.19).

A passagem de Chandless pelo Juruá endossa em seu relato o caráter belicoso dos Nauás. Em curto prazo estas populações foram atingidas, tendo como resultado a quase extinção, o aproveitamento dos sobreviventes como mão de obras nos seringais, e seu antigo território transformado na cidade de Cruzeiro do Sul, pertencente a um dos departamentos do Território Federal do Acre⁵.

Outro sujeito que empreendeu viagens pelos rios da região foi o coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre, que segundo Castelo Branco (1958) teria chegado ao Purus em junho de 1871, estabelecendo-se abaixo do rio Ituxi. A sua viagem teria sido financiada pelo português Elias José Nunes da Silva, um dos mais importantes proprietários de vapores, e responsável pelo aviamento no Amazonas, Bolívia e Peru. Labre, portanto, já havia se estabelecido na região como comerciante de drogas do sertão, incluindo o corte da borracha. A sua viagem exploratória ao rio Madre de Dios, ao Acre e ao rio Ituxi buscava melhorar a comunicação para aproveitamento econômico dos produtos naturais que ligasse a Bacia do Beni a então província do Amazonas. Ele trazia consigo um projeto colonizador de usufruto das condições dos recursos da região e desenvolvimento da agricultura.

Desde 1872 a 1883, e posteriormente em viagens de exploração, naveguei o Ituxy e alguns de seus affluentes por muitas vezes, com o intuito de procurar uma passagem de comunicação para o Béni; destas viagens e estudos práticos fiquei conhecendo este rio, seus affluentes, seus habitantes selvagens, suas riquezas naturaes e sua navegabilidade até a confluência dos rios Huakery e Entimarv com uma extensão de 6100 kilometros; deste ponto tem sua corrente o nome de Ituxy, do dialecto Cathauichy. (LABRE, 1888, p. 17)

Suas terras são boas para agricultura. Suas florestas ás margens são vistosas e de grandiosa arborisação, ha madeiras de lei e muitos vegetaes de reproducção

5 - Decreto nº 5.188, de 07 de abril de 1904, que instituiu três departamentos administrativos, denominados Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá.

natural, e são as principais : seringa, cauchú, copahyba, castanha, cumaru e alguma baunilha. (LABRE, 1888, p. 118)

Visando alavancar o desenvolvimento da sua colônia, Labre apresenta para a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, sociedade da qual era membro, todas as potencialidades da região, inclusive, o projeto de uma estrada de ferro que ligasse o Rio Madeira ao Rio Purus, cujo trajeto cortaria o povoado fundado por ele. O que Labre buscava era propagandar as potencialidades da região para, de certa forma, ampliar seus negócios, visando seus próprios interesses econômicos (SÁVIO LINK, 2020).

Sobre a descrição das populações originárias que estão presentes nas margens de rios e igarapés são nomeadas: Cacharhary, Canamary, Guarayos, Ipurynan, Huatanary; Pamary, Pamanah, Cathauixy, Hyumah Pacaguáras, Coripunas, Pamas, Araras, Araúnas, Guarayos. Em certos momentos são nomeados como “selvagens antropofagos” que infestam as margens dos rios. Além disso, são apresentados dentro da dicotomia civilização e selvageria, ao fazer a separação entre população civilizada e selvagem. Apon-ta a questão dificuldade de quantificar a população indígena devido a sua organização social e modo de vida nômade, além de colocar as línguas dessas populações como um “dialeto especial”, o que traz um sentido de uma linguagem menos desenvolvida (LABRE, 1888, p. 118 - 119).

Leitor de Chandless, Labre utilizou os relatos do viajante inglês, na tentativa de cartografar e decifrar a geografia e as gentes do Purus. Os indígenas por sua vez, foram indispensáveis para a concretização de suas viagens exploratórias, pois foram guias e remadores. Além de Chandless, Labre contava com a orientação de Manoel Urbano da Encarnação, seu filho Braz da Encarnação, e de indígenas Apurinãs que eram seus principais informantes.

Labre, se assemelhando a Coutinho, faz um apelo ao Governo Imperial em favor da ‘catechese dos selvagens’ que devido a sua vida nômade e errante, não poderia aproveitar a sociedade e nem mesmo a humanidade (LABRE, 1888, p. 120). Ele associa a catequi-zação estatal com a ‘salvação’ dos indígenas para civilização tornando-os “mais huma-nos”. Se trata aqui da manutenção da visão colonizadora do século XVI sobre desumani-zação e inferiorização dos povos originários. Na perspectiva de Labre, a igreja e o estado seriam as principais instituições capazes de por em marcha seu projeto colonialista, em que o estado promoveria a integração do seu povoado por meio de uma estrada de ferro, e a catequese, através da igreja, consolidaria tal empreendimento (SÁVIO LINK, 2020).

Ademais, os relatos trazem o confronto do olhar do “civilizado”, seja nacional ou estrangeiro, com o outro “selvagem” em seus modos de viver e práticas socioculturais. Nota-se que, com o passar dos anos, algumas populações indígenas não são mais descri-tas, ou são abordadas em declínio populacional, o que representa o choque de mundos com a entrada da exploração dessa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crônicas de viagens são fontes históricas imprescindíveis para o entendimento da história da região amazônica, porém, ainda que elas cumpram o seu papel de informar ao leitor sobre aspectos variados da vida social, natureza e espaço, elas não podem ser lidas como meros reflexos da realidade. O relato de viagem é uma narrativa produzido numa relação de alteridade, em que a palavra narrada é a principal ferramenta de construção do “outro”. O historiador contemporâneo, sobretudo, da história cultural tem se debruçado sobre estas crônicas, atento a construção de discursos, destacando o papel ativo da linguagem como portadoras de representações sociais e construtoras de imagem e imaginários.

Pode-se dizer que os autores aqui trabalhados narraram situações, e descreveram populações, numa lógica moderna de descrever e classificar o mundo humano e natural a partir de bases científicas e para que se enquadrasse na ordem vigente da época. Assim estes viajantes do século XIX vinham para a região amazônica com a visão de exploração científica sobre ela, mas também o interesse econômico na exploração das riquezas naturais se faziam presentes. Sejam eles estrangeiros ou seus os congêneres nacionais não se furtaram das navegações fluviais, como Silva Coutinho (1862), William Chandless (1866) e Pereira Lebre (1887).

Mesmo com projetos, formações pessoais e acadêmicas diferentes, percebe-se similitudes nas narrativas desses viajantes, os confrontos entre o “eu” e o “outro”, a civilização e a selvageria, o aproveitamento dos recursos naturais e fluviais para fins econômicos, a possibilidade da utilização da força de trabalho indígena para sociedade nacional. Vale lembrar que a ciência moderna teve um papel importante no desenvolvimento do capitalismo, e a razão tão celebrada pelos iluministas, assim como os pressupostos lineares adotados para o entendimento da natureza, com o objetivo do domínio da mesma pelo “homem”, acompanharam a globalização da lógica mercantil. Neste sentido, os interesses econômicos e científicos foram combinações perfeitas para alavancar o sistema mundo moderno capitalista. Na esteira da modernidade os povos indígenas, como se sabe foram tratados como selvagens, ou partes do mundo natural, a qual a ciência se encarregava de descortinar.

Dessa forma, se observa a constituição narrativa histórica dos viajantes desde o processo de colonização no século XIX, se inicia a dominação e desumanização dos indígenas através da racialização desses sujeitos colocando-os como atrasados e que precisam de civilização, precisam fazer parte desse sistema moderno colonial que exclui a pluralidade de suas culturas e vivências.

A forma como as populações indígenas foram abordadas por cada autor são lampejos deste processo, porém vale ressaltar que os subalternos são sujeitos históricos ativos, e apesar do silêncio dos nossos cronistas que os viam apenas como “empecilho”, “mão de obra” ou seres “incapazes”, eles estavam ali, fazendo parte inclusive das comissões de viagens como trabalhadores e informantes. Ao recuperar a presença dos indígenas

no meio de tantos discursos pejorativos, contextualizando o relato, a narrativa deixa de ser apenas uma descrição do “outro”, pois, é necessário salientar que de alguma forma os saberes indígenas, o trabalho indígena, a presença dos indígenas modelou os saberes científicos e coloniais daqueles cronistas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Editora FGV, 2010.
- CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. O Gentio Acreano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1952.
- _____. **Acreania**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 240, p. 3 - 83, 1958.
- COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório da Expedição do Rio Purús apresentado pelo Engenheiro João Martins da Silva Coutinho**, 1862.
- DOMINGUES, Bertol Heloísa M. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. **Revista de História**. FFLCH, 135, São Paulo, 1996.
- GOMES, Carlos Valério Aguiar. **Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2018, 13.1: 129-146.
- GONÇALVES, Sérgio Campos. **O Brasil entre a História Narrativa e a História Analítica (1840-1870) : Civilização, Progresso e Desenvolvimento**. (Tese de Doutorado). Franca, 2015
- ISHII, Raquel Alves. **Viagens do “homem que virou rio”**: narrativas, traduções e percursos de William Chandless pelas Amazônia, no século XIX. Rio Branco: NEPAN, 2019.
- LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Viagem exploradora do Rio Madre de Dios ao Acre. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, v. 4, p. 102-14, 1888.
- LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. Exploração do rio Ituxy. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, v. 4, p. 117-120, 1888.
- LINK SÁVIO, Rogério. A “Ferrovia de Labre” e a consolidação da última fronteira. **Revista do Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**. Volume 12, número 2, jul./dez. 2020
- MORAES, Rinaldo Ribeiro. **A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha**. Tese (doutorado): Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2007
- OLIVEIRA, João Pacheco **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2016.
- PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: Imaginário e Modernização**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. 2005.
- SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta**. 2016.
- SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822 - 1845)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006